

Intersecção de dados educativos, marcadores das desigualdades e desafios de uma rede de ensino na Amazônia ocidental

Data de submissão: 11/02/2025

Data de publicação: 29/04/2025

José Júlio César do Nascimento Araújo¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Rio Branco, Acre, Brasil

Marcondes de Lima Nicácio²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil

Francisco Diétima da Silva Bezerra³

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil

Resumo: O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa com abordagem em evidências com o cruzamento de dados educativos e dos marcadores da desigualdade para compreensão dos desafios da rede municipal de ensino de Rodrigues Alves, Acre. Caracterizou-se como um estudo de natureza exploratória, que assumiu no método e na análise documental e bibliográfica uma abordagem teórico-metodológica crítica. Nos resultados, expomos os marcadores educacionais e como estes estão implicados em dois marcadores principais: crianças pobres, pardas/negras e que moram em áreas rurais. Percebemos o imperativo de uma governança propositiva, no estabelecimento de novas políticas, mas também a reconfiguração do investimento público.

Palavras-chave: Equidade educacional. Marcadores educacionais. Política educacional.

Intersection of educational data, inequality markers and challenges for a educational network in western Amazon

Abstract: This article presents the results of a qualitative study using an evidence-based approach and cross-referencing educational data and inequality markers in order to understand the challenges facing the municipal school system in Rodrigues Alves, Acre. It was characterized as an exploratory study, which used a critical theoretical-methodological approach in its method and documentary and bibliographic analysis. The results show the educational markers and how they are implicated in two main markers: poor children, brown/black who live in rural areas. We see the imperative of proactive governance, in the establishment of new policies, but also the reconfiguration of public investment.

Keywords: Educational equity. Educational markers. Educational policy.

¹ Doutor em Educação (UFAM). Professor do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (IFAC). Líder do grupo de Pesquisa em formação de professores nos Institutos Federais.

² Pós-doutorado em Educação – USP (em andamento). Doutor em Educação (UFAM). Professor de Ciências da Educação do IFAC/Campus Cruzeiro do Sul.

³ Doutor em Economia (UFU). Professor de Economia do IFAC/Campus Cruzeiro do Sul.

Intersección de datos educativos, marcadores de desigualdad y retos para una red de enseñanza en Amazonia occidental

Resumen: Este artículo presenta los resultados de una investigación cualitativa que utilizó un enfoque basado en evidencias para cruzar datos educativos y marcadores de desigualdad con el fin de comprender los retos que enfrenta la red municipal de educación en Rodrigues Alves, Acre. Se caracterizó como un estudio exploratorio, que utilizó un enfoque teórico-metodológico crítico en su método y análisis documental y bibliográfico. En los resultados, explicamos los marcadores educativos y cómo están implicados en dos marcadores principales: los niños pobres, pardos/negros que viven en zonas rurales. Comprendemos el imperativo de una gobernanza proactiva en el establecimiento de nuevas políticas, pero también la reconfiguración de la inversión pública.

Palabras clave: Equidad educativa. Marcadores educativos. Política educativa.

1. INTRODUÇÃO

Diferentes países e organismos multilaterais e teóricos educacionais têm implementado agendas cujo objetivo é atuar frente aos desafios educacionais (Llarena; Duarte; Santos, 2015; Matiskei, 2004; Silva; Souza, 2012; Alves, 2020). Ao produzirem diagnósticos sobre a educação, tem-se destacado o interesse por pesquisas sobre os efeitos das políticas educacionais nacionais e locais, visto que os modelos educacionais são premissas desenvolvimentistas para a lógica de avanço econômico das sociedades.

O presente estudo tem como objetivo analisar interseccionalmente dados educativos e dos marcadores da desigualdade para compreensão dos desafios da rede municipal de ensino do município de Rodrigues Alves no Acre. Para tanto, analisamos aspectos econômicos, geográficos, culturais e sociais para compreender alguns indicadores educacionais e como eles se entrelaçam com marcadores de equidade educacional.

A metodologia desta pesquisa trata-se de um estudo de natureza exploratória, em que os dados foram coletados qualitativamente a partir de pesquisa bibliográfica e documental, a fim de reforçar a validade das percepções de interseccionalidade e identificar os marcadores da desigualdade na rede de ensino do município em questão. As principais fontes de informações vêm do acesso à base de dados de revistas, repositórios de teses e dissertações, bem como das consultas aos livros que compuseram o levantamento bibliográfico, e da pesquisa documental realizada por via digital em instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Primeira Infância Primeiro (ligada à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal), QEdU (portal de dados educacionais), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Igma/Áquila, dentre outros.

Nesse sentido, destaca-se de um lado que os documentos utilizados são fontes primárias e para serem usados no estudo foi necessário de antemão definir os objetivos do estudo para

poder estabelecer que tipo de documentação seria adequada aos objetivos. De outro lado, apoiamos-nos também nas fontes secundárias geradas pela pesquisa bibliográfica. A abordagem crítica é manifestada no âmago do estudo quando nos voltamos para análise da realidade social que é influenciada pela realidade histórica, e este artigo é o resultado da interação entre linguagem e mundo, o que conforme Gil (2021), é uma condição central para esse tipo de pesquisa.

Este artigo está organizado em três seções. A primeira de caráter introdutório, uma segunda, na qual discutimos o aporte teórico, e a última em que discutimos os resultados, apresentando os dados do município ao mesmo tempo que os contrastamos com as evidências e a compreensão analítica.

2. MARCADORES DA DESIGUALDADE EDUCACIONAL E A INTERSECCIONALIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

A natureza da organização das sociedades capitalistas contemporânea tem estabelecido como elemento comum a disposição de indicadores em diferentes setores, especialmente os econômicos e sociais. Os indicadores sociais perfilam em panorama, os contextos dos países e suas unidades federativas. O campo educacional tem estabelecido também, com ponto comum em seus sistemas de ensino, indicadores educacionais (Souza, 2012).

Valendo-nos de Ramos (2021, p. 3), trazemos como exemplos de marcadores sociais: “deficiência/gênero, sexo/gênero, idade/geração, [...] raça/etnia, sexualidade/orientação sexual e classe, por meio das quais são atualizados conjuntos de relações sociais, de diferenciação e articulação na nossa sociedade”. Logo, os marcadores sociais podem ser definidos como a caracterização diversificada dos indivíduos de uma sociedade, tendo então um alinhamento direto com as desigualdades sociais experimentadas *inter/intra* grupos ou classes sociais.

Nesta análise, interessamo-nos pela intersecção de indicadores educacionais e marcadores sociais. Para isso, é importante que nos voltemos para a definição de indicadores educacionais, estes, por sua vez, situam-se em três finalidades principais. A primeira diz respeito a sua contribuição para diagnosticar problemas; a segunda refere-se a permitir comparações tanto nacionais como internacionais, produzindo dados sobre recursos humanos, recursos financeiros, de estrutura física e de gestão da educação, mapeando inclusive as desigualdades educacionais; e, como terceira finalidade, temos a formulação de metas voltadas para desempenho da aprendizagem em métrica com os resultados desejáveis (Souza, 2010).

Na finalidade de diagnosticar problemas, os indicadores educacionais são integrantes de um sistema de informação. Auxiliam na tomada de decisões, pois expressam fenômenos de forma objetiva ao apresentar a possibilidade de retratar questões múltiplas que se relacionam com o contexto educacional, como atividades econômicas, situações familiares, direitos políticos e sociais, condições ambientais, características populacionais, ou seja, podem ser produzidos a partir de elementos demográficos, econômicos, financeiros, políticos e sociais. Na finalidade de per-

mitir comparações tanto nacionais como internacionais, são apresentados para monitoramento e acompanhamento da evolução dos indicadores, onde os resultados do processo de ensino, taxa de repetência e outros índices, especialmente os indesejáveis, são postos em questão por correspondências ou simetrias analíticas. A formulação de metas voltadas para o desempenho da aprendizagem em métrica com os resultados desejáveis agrega elementos das duas finalidades anteriores, voltando-se especialmente para a mensuração da qualidade do ensino, através de controle e projeção de ações cuja finalidade é a persecução do alcance de objetivos em intervalos de tempo e com metodologias preestabelecidas focadas em resultados (Souza, 2010).

Por essa conjuntura, pensamos ser necessário olhar os indicadores que se vinculam diretamente às desigualdades. Compreendemos que os marcadores das desigualdades educacionais podem ser definidos como as situações desiguais, possíveis de quantificação, em que se encontram os estudantes, notadamente em relação ao desempenho da aprendizagem, em seus diferentes grupos sociais. Uma ótica para compreender essas relações é a interseccionalidade.

O conceito de interseccionalidade, inicialmente pensado por Crenshaw (1991) para discutir questões relacionadas ao feminismo norte-americano, é fundamental para compreender os sistemas interconectados de opressão em que a grande massa de alunos brasileiros está submersa. Raça, situação socioeconômica, território, gênero e deficiência podem ser compreendidos como lentes destas múltiplas dimensões da opressão que explicam muito do fracasso escolar de gerações inteiras que são imersas na distribuição desigual de poder e recursos da riqueza no capitalismo parasitário financeirizado, moldado por categorias injustas de diferença.

Assim, quando estamos pensando a complexidade das desigualdades sociais, observamos que essas não podem ser compreendidas de forma isolada, pois não operam de modo estanque, mas se interconectam e se reforçam mutuamente. Por isso, a interseccionalidade é uma perspectiva teórica fundamental para compreender como diferentes fatores, a exemplo da raça, gênero, sexualidade, classe social, situação socioeconômica, fatores geográficos, violência, entre outros, entrelaçam-se produzindo experiências educacionais excludentes e seletivas.

Nos últimos anos, a interseccionalidade tem se consolidado como uma ferramenta analítica crítica para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas que perpetuam as desigualdades e injustiças sociais. Trabalhos de diversos autores têm ampliado esta compreensão. Collins e Bilge (2021) enfatizaram a importância de um entendimento interseccional da opressão, sustentando que a interseccionalidade é uma ferramenta para a compreensão crítica dos mecanismos de exclusão e marginalização e para a construção de movimentos sociais efetivos.

Destacam que a educação também é campo de aplicação e estudos da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021). Dessa forma, os sistemas de ensino e a escola, numa dimensão microestrutural, muitas vezes, reproduzem essas desigualdades sociais, porque não reconhecem e/ou não atendem de maneira adequada as singularidades, já que essas fogem da dinâmica pré-estabelecida ou se colocam em patamares que não possibilitam a escola e os educadores atenderem, uma vez que dependem de políticas públicas não aplicadas ou inexistentes. Por isso, a análise

de dados educacionais é importante, permitindo-nos refletir como essa ou aquela política educativa adentra, ou não, no espaço da escola. A abordagem interseccional nos permite, desse modo, ver a exclusão sobre outra perspectiva que não sejam apenas os resultados educacionais obtidos pelos alunos, escolas ou sistemas de ensino. Assim, tanto a escola como o sistema de ensino como um todo podem ser espaços:

[...] no qual os marcadores sociais ficam evidenciados, sendo que, de acordo com as práticas realizadas e as formas de relações estabelecidas, pode contribuir para a superação de preconceitos ou levar a reprodução de opressões. Desse modo, a escola funciona como um dispositivo de normalização, procurando homogeneizar os sujeitos, sendo que aqueles que estão distante do esperado são subalternizado (Eidelwein; Silveira, 2024, p.84)

Dessa maneira, entendemos que “a interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea” (Kyrillos, 2020, p. 1). Akotirene (2019) nos mostra, nessa mesma dimensão, que “a interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (Akotirene, 2019, p.29).

Em síntese, é preciso destacar a relevância da interseccionalidade como um método crítico de análise social em um contexto de desigualdades cada vez mais complexas e intrincadas. Sua utilização possibilita a reflexão sobre a interdependência das diversas categorias sociais e como elas se manifestam em experiências desiguais para diferentes grupos; fator fundamental para o desenvolvimento de estratégias políticas e programas de inclusão verdadeiramente eficazes.

Na próxima seção, procura-se interconectar os indicadores sociais e educacionais de uma rede de ensino para desvelar as situações de injustiça educacional nas quais grupos inteiros se encontram.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Contexto geral do município

Elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 1.032, de 28 de abril de 1992, o município de Rodrigues Alves - Acre, em 2022, assentava-se numa área territorial de 3.076,342 Km², uma população de 14.938 habitantes e sua densidade demográfica equivalia a 4,86 habitantes por quilômetros quadrados. Vinte anos atrás (IBGE, 2010), a população do município era de 14.389 mil habitantes, o que representa um crescimento de 3,8% no período, a menor evolução populacional dentre os 22 municípios do Acre.

O Censo Demográfico de 2010 revelou que o município de Rodrigues Alves tinha um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,567, o que é considerado baixo

quando comparado aos demais municípios da região geográfica. Na composição do indicador, o IDHM Renda foi de 0,518, o IDHM Longevidade de 0,736 e o IDHM Educação de 0,477. Essas dimensões têm influência importante na qualidade de vida das pessoas, em especial na educação, que apresenta um baixo índice de desenvolvimento, conforme os parâmetros do IDHM, o que requer melhorias efetivas.

Em termos demográficos, a população de Rodrigues Alves é composta por 52% de homens e 48% de mulheres, sendo que o maior número de habitantes se encontra na faixa etária dos 4 aos 14 anos, conforme IBGE (2024). Essa informação será importante quando apresentarmos os desafios e prioridades da educação do município, pois é possível verificar que a população em idade escolar é bastante representativa, como verificamos na Tabela 1:

Tabela 1 – Quantitativo de Meninos e Meninas em idade escolar em Rodrigues Alves (2023)

População em idade escolar em 2022	Homens	Mulheres
População de 0 a 4 anos de idade	771 homens	702 mulheres
População de 5 a 9 anos de idade	741 homens	703 mulheres
População de 10 a 14 anos de idade	872 homens	787 mulheres
População de 15 a 19 anos de idade	901 homens	809 mulheres

Fonte: IBGE, 2024, organizado pelos autores.

Percebemos que a população na faixa de 0 a 14 anos é de 2.514 homens e 2.299 mulheres, totalizando 4.813 pessoas.

3.2 Marcadores das desigualdades educacionais em Rodrigues Alves

Centramos a análise, sem desconsiderar outros, nos marcadores sociais raça/cor, gênero, nível socioeconômico, território, pessoa com deficiência interconectados com o olhar transversal dos aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos relacionados à desigualdade educacional e escolar.

O TERRITÓRIO DE RODRIGUES ALVES

Nessa conjuntura, a educação promovida no meio rural em Rodrigues Alves, caracteriza-se pelo enquadramento em um espaço marcado por extensões territoriais compostas por terras indígenas, unidades de conservação, projetos de assentamento, polos agrofloretais e propriedades privadas. Além desses, existem porções territoriais cortadas por ramais ou estradas vicinais, rodovias federais e estaduais (BR 364, BR 307, AC 405 e AC 407), por uma extensa rede de rios e cursos d'água, 800 quilômetros de ramais e 14 projetos de assentamento. É um dos municípios com maior área rural do Acre, ocupada por agricultores familiares, grupos tradicionais (ribeirinhos, seringueiros, indígenas, pescadores, extrativistas), famílias de assentados, enfim, por trabalhadores do campo e pecuaristas, por exemplo. Conforme se observa na Figura 1.

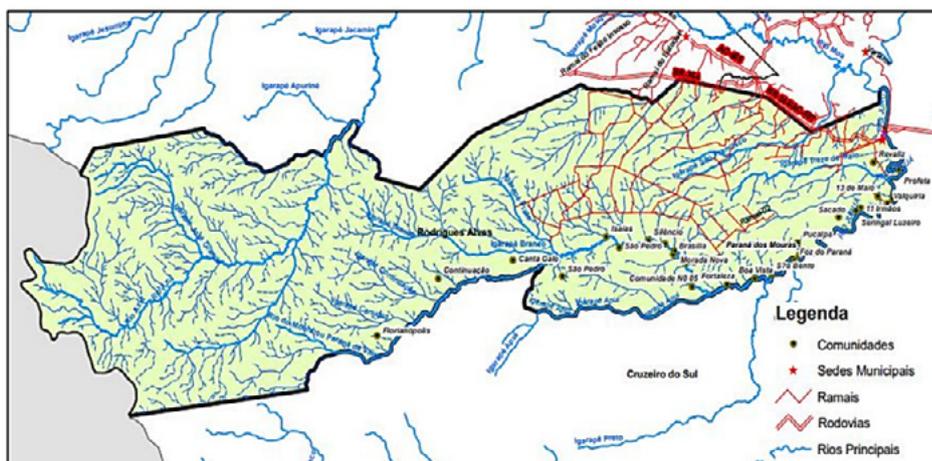


Figura 1 – Mapa da configuração da malha hídrica, terrestre e principais comunidades do município de Rodrigues Alves – Acre

Fonte: Silva (2018).

Ainda sobre os elementos desse território, a vastidão e a dificuldade de acesso ao meio rural onde estão localizadas as instituições de ensino fizeram com que fossem instituídos modos específicos de gestão da educação. As escolas do campo que pertencem à rede de ensino do município de Rodrigues Alves estão organizadas em sistema de polos, isto é, os estabelecimentos são agrupados por uma divisão geográfica que leva em consideração a proximidade entre elas. São polos: Rio Apuí, Ramal(is)⁴, Rio Paraná dos Mouras e Rio Juruá. O predomínio da educação do campo em Rodrigues Alves corresponde às classes multisseriadas, que é uma realidade já tratada por Teruya *et al.* (2013).

A caracterização de elementos da educação do campo em Rodrigues Alves nos dá base para seguirmos, na próxima seção, com a apresentação das condições de infraestrutura educacional.

AS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL

Um dos pontos mais desafiadores apontados diz respeito às condições estruturais das escolas no município. Abaixo, na Tabela 2, dimensionamos o tamanho da problemática de infraestrutura.

Tabela 2 – Infraestrutura das escolas municipais

Condições de Infraestrutura	Percentual (%) do município
Escola com Acessibilidade	16%
Sanitário com Acessibilidade	31%
Alimentação fornecida	100%
Água filtrada	69%
Biblioteca escolar	0%
Lab. Informática	0%
Lab. Ciências	0%
Sala de Leitura	9%
Quadra de esporte	3%
Sala de Atendimento Especial	16%
Internet /Banda Larga	25%
Retroprojeter / Projetor	0%

Fonte: INEP (2024).

⁴ Estradas vicinais geralmente não asfaltadas.

Verificamos que, dentre os doze (12) indicadores considerados, apenas o fornecimento de merenda escolar obrigatória chega a 100% da oferta. Nos demais indicadores, os percentuais não ultrapassam 70%. Muitos indicadores referem-se apenas ao percentual de escolas urbanas (18,8%), como no caso de Sala de atendimento especial e escola com acessibilidade (16%).

A esse respeito, para fins reflexivos, surge uma questão: como são atendidos os alunos com deficiência dos mais de 81% das escolas do campo, das águas e da floresta destituídas de sala de atendimento especial?

Há 241 matrículas de crianças com deficiência na rede no ano de 2023 (INEP, 2024). Dessas, 41,7% possuem deficiência intelectual; 19,6% possuem baixa visão; 14%, autismo; 8,6%, deficiência física; 6,7%, deficiência múltipla. Os demais alunos estão matriculados com outras deficiências. O estudo de Guimarães *et al* (2021) aponta que não basta somente o aluno com deficiência estar matriculado, é preciso garantir a redução de barreiras, adaptações infraestruturais, disponibilização do Atendimento Educacional Especializado e do Plano de Desenvolvimento de Ensino Individual.

Porém, ressaltamos que apesar de alguns indicadores exigirem esforço governamental, outros são superáveis com ações simples e sem grande esforço orçamentário, conforme expresso no quadro 1.

Quadro 1 – Sugestões de Ações 1

Sugestão 1 Falta de Bibliotecas	Sugestão 2 Internet	Sugestão 3 Lab. Ciências	Sugestão 4 Falta equipamentos
É possível criar salas de leitura ou minibibliotecas para atender a escola com um acervo mínimo de 150 exemplares. Uma sugestão é organizar uma espécie de Armário de Leitura que pode ser usado pelo professor e pela comunidade escolar e o próprio professor organizar e controlar os empréstimos. Veja a experiência da Arca das Letras para áreas rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.	Para os problemas de internet uma Antena SpaceX Starlink Internets, já pode resolver o problema de conexão e ainda funcionar como instrumento de pesquisa para os discentes.	É possível adquirir Laboratório Portátil de ciências e isso, atrelado à formação continuada dos professores para uso didático dos laboratórios, já melhoraria este indicador.	Solicitar computadores e equipamentos eletrônicos apreendidos pela Receita Federal : “Os órgãos da administração pública direta, autarquias, fundações públicas e Organizações da Sociedade Civil (OSC) previstas no art. 2º, I, da Lei nº 13.019, de 2014 (entidades privadas sem fins lucrativos, sociedades cooperativas assistenciais e organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos) podem receber doações de mercadorias apreendidas.” Veja como e quais documentos enviar em https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/leilao/doacoes .

Fonte: Os autores, 2024.

Do ponto de vista da análise, aparecem vários ângulos para olhar essa realidade, desde limitação no aprendizado que essas crianças terão até o manejo dos meios tecnológicos. Além disso, os docentes e a administração escolar não terão como desenvolver suas atividades com total efetividade. Ressaltamos ainda que essas deficiências na infraestrutura contribuem para que outros indicadores de rendimento acadêmico dos alunos e da prestação de serviços educacionais por parte da gestão fiquem comprometidos.

Na perspectiva de Andrade (2020), a estrutura física das escolas deve apresentar acessibilidade, funcionalidade, bem como contemplar a identidade da comunidade escolar e estimular as atividades de ensino e aprendizagem. Logo, ela exerce papel importante na qualidade da educação e a precariedade ou ausência de espaços físicos adequados nas escolas do campo traduzem a falta de compromisso das esferas públicas com a aprendizagem dos estudantes.

ESCOLAS, PROFESSORES E MATRÍCULAS

Em 2023, a rede municipal de Rodrigues Alves contava com 32 escolas, sendo 26 (81,2%) localizadas em área rural e 6 (18,2%) em áreas urbanas. Os anos iniciais ocupavam 57 professores e os anos finais 75. Embora a rede possua dimensões pequenas, está espalhada em estradas vicinais sem asfaltamento, igarapés, em torno das rodovias e ao longo dos rios. A tabela 3 aponta as dimensões da rede:

Tabela 3 – Escolas, professores e matrículas da Rede Municipal de Rodrigues Alves (2023)

Indicadores	Total
Escolas - Rurais e Urbanas	32
Professores por etapa - Anos iniciais	57
Professores por etapa - Anos finais	75
Matrículas por etapa – Creche	18
Pré-escola	640
Anos iniciais	65
Anos finais	275
EJA	74
Educação Especial	241

Fonte: INEP, 2024.

Na docência no ano de 2023, de um total de 378 profissionais, há 72% atuando no meio rural. Despertam a atenção os números referentes ao nível de escolaridade, pois, do montante geral, dois têm apenas Ensino Fundamental; 166, Ensino Médio, e 210, Graduação, sendo 208 com licenciatura e desses, somente 67 com pós-graduação *latu sensu* (INEP, 2024).

A distribuição das matrículas de acordo com o gênero, é de 48% para meninos e 52% para meninas no ano de 2023 (INEP, 2024). Percebemos que a distribuição por sexo nas salas de aulas se mostra bastante igualitária. Esse é um fato importante, pois as meninas em sua maioria

precisam cuidar, tanto em comunidades rurais quanto nas periferias urbanas, das atividades domésticas, da criação dos irmãos menores, papel social ainda atribuído a diversas crianças e adolescentes simplesmente em função do gênero. Portanto, é importante que equidade de gênero seja buscada em todas as suas dimensões para eliminação das desigualdades sexuais e sociais. A esse respeito, Santos; Freitas e Tunoiti (2022) abordam que a equidade de gênero deve ser buscada para reparar a discriminação presente e produzida no contexto da escola. Para que isso ocorra, precisa-se de ações de igualdade, inclusão escolar e direitos humanos, em que nenhuma menina tenha dúvida sobre sua presença na instituição como um direito legítimo e autêntico seu.

Quando comparamos o dado referente à presença feminina na escola com outro indicador, como a gravidez na adolescência, parentalidade, observamos ainda a persistência do problema em relação à gravidez e o forte impacto sobre a raça parda/negra, com o percentual de 92,47%, em 2022, das mães que engravidam em idade escolar. Uma melhor análise pode ser feita a partir do gráfico 1.

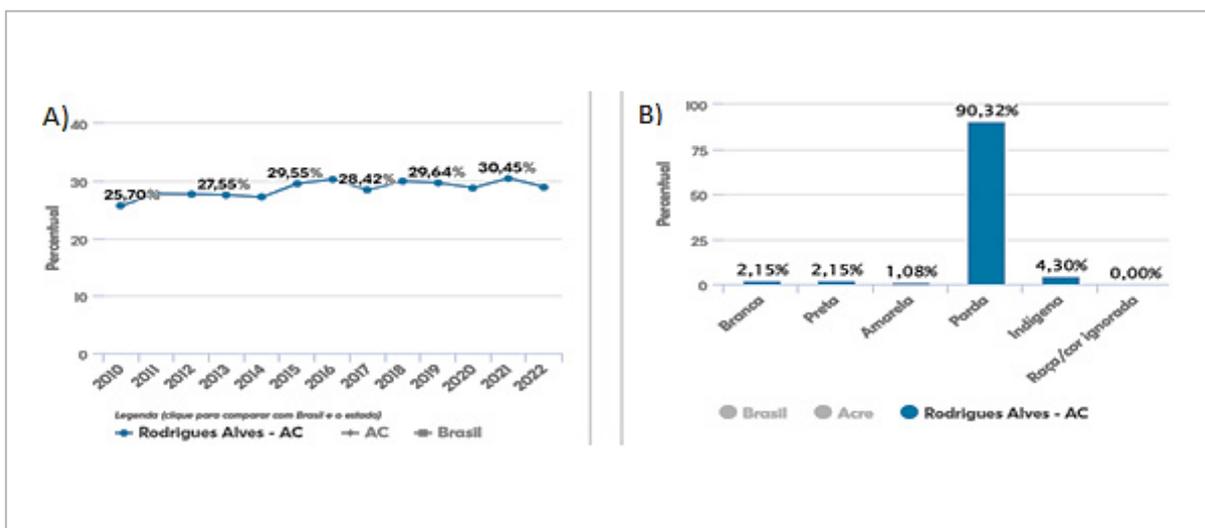


Gráfico 1 – A) Partos de mães adolescentes em Rodrigues Alves-AC; B) Partos e mães adolescentes por raça/cor em Rodrigues Alves-AC

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde, 2022.

Diante desse panorama, registramos que em Rodrigues Alves-Ac, 14,30% (20 registros) é o percentual de registros de nascimento somente em nome da mãe, ou seja, com nome do pai ausente na certidão de nascimento, um percentual acima dos dados do Acre, que é 10,75% (1.703 registros), e do Brasil, com 6,30% (163.864 registros). Tal fato, ainda, pode ocultar situações de estupro de vulneráveis.

A gravidez precoce compromete a participação e gera infrequência das meninas em idade escolar e/ou abandono. A evasão se impõe como impeditivo à conclusão da educação formal, como apontado por Sousa *et al* (2018), que acrescenta que, quando jovens mães abandonam a escola, isso está diretamente ligado a fatores socioeconômicos desfavoráveis e são imprescindíveis políticas públicas para a garantia da permanência delas na escola.

RENDIMENTO ESCOLAR

Em relação ao rendimento escolar, de acordo com a etapa, em 2022, as taxas dos anos iniciais do ensino fundamental foram as seguintes: 1º ano – reprovação de 0,4% (1 reprovação), abandono, 0,3% (1 abandono) e aprovação, 99,3% (285 aprovações); 2º ano – reprovação de 1,5% (4 reprovações), abandono, 1,4% (4 abandonos) e aprovação, 97,1% (276 aprovações); 3º ano – reprovação de 8,3% (23 reprovações), abandono, 0,7% (2 abandonos) e aprovação, 91% (252 aprovações); 4º ano – reprovação de 7,8% (25 reprovações), abandono, 0,9% (3 abandonos) e aprovação, 91,3% (296 aprovações); e 5º ano – reprovação de 9% (34 reprovações), abandono, 1,1% (4 abandonos) e aprovação: 89,9% (337 aprovações).

Observa-se que o problema do rendimento nos anos iniciais está concentrado principalmente no 3º, no 4º e no 5º ano. Esse é o problema que acaba gerando outros. Nesses anos, a taxa fica entre 8,3% (23 reprovações) a 9% (34 reprovações). O baixo rendimento precisa ser resolvido, pois gera distorção idade-série no ensino fundamental II.

Em relação às taxas de rendimento, nos anos finais, o problema é diferente dos anos iniciais. O dado mais preocupante refere-se ao abandono no 8º ano, que é de 5,1%. A análise dos dados da taxa de distorção idade-série, desagregados por localização geográfica dos estudantes, revela disparidades educacionais significativas. Os resultados indicam que a área rural possui uma taxa de distorção de 32%. Já na área urbana, a taxa é de 18% dos estudantes. Como sugestão, apontamos o descrito no quadro 2.

Quadro 2 – Sugestões de Ações 2

Sugestão 1 Melhorar indicadores	Sugestão 2 Distorção idade-série	Sugestão 3 Melhorar o aprendizado
É possível prever no calendário escolar duas semanas iniciais de nivelamento de alunos. Atendimento em contraturnos de aula, onde os alunos com dificuldades de aprendizagem veem a escola para receber atenção redobrada dos docentes e, os que já atingiram as metas ficam em casa com atividades extraclasse.	Como solucionar o problema da distorção idade-série em uma rede de ensino? Solucionar esse problema requer uma abordagem abrangente e a implementação de diversas estratégias. Aqui estão algumas sugestões: 1. Avaliação diagnóstica: Realizar uma avaliação diagnóstica para identificar as lacunas de aprendizagem dos estudantes. Isso será útil para entender quais habilidades e conhecimentos específicos eles precisam de apoio. 2. Programas de reforço e recuperação. 3. Oferecer uma capacitação sobre formas qualitativas de avaliação para os professores.	É possível pensar em Gratificação de Dificil Acesso Para atrair bons professores para áreas rurais e / ou fazer com que bons professores não deixem suas comunidades. https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/gratificacao-de-dificil-acesso-saibacomoidentificar-o-distrito-da-sua-escola/

Fonte: Autores. 2024.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NOS ANOS FINAIS

Outro indicador de extrema relevância é a distorção idade-série. Na rede municipal, a distorção nos anos finais é de 16,6%, concentrando-se principalmente no 7º e no 8º ano. O gráfico 2 apresenta o desafio da incompatibilidade entre a idade e a escolaridade de um número significativo de estudantes do município de Rodrigues Alves.

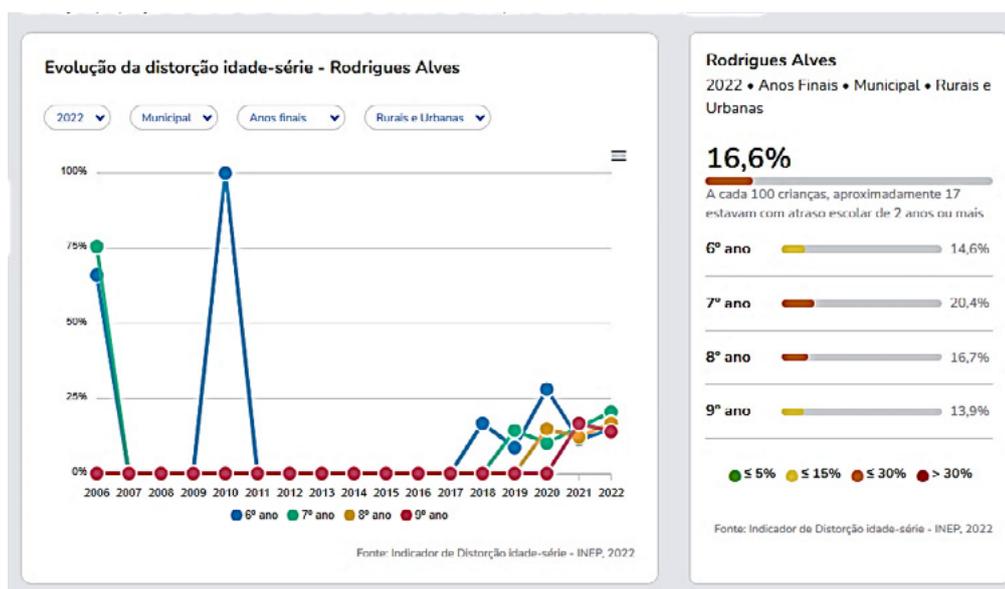


Gráfico 2 – Evolução da Distorção idade-série – anos finais (Rede Municipal)

Fonte: QEdU, 2024.

Analisando todo o período de 2006-2022 (gráfico 2), observamos uma tendência decrescente, o que indica um progresso gradual na correção da defasagem entre idade e série dos alunos, embora ainda seja necessário continuar trabalhando para alcançar um maior alinhamento, pois no período de 2017-2022 os dados passam novamente a crescer.

Promover a aprendizagem equitativa é também permitir que todos tenham as mesmas condições de sucesso escolar. É preciso desenvolver mecanismos de correção de fluxo escolar que não estejam apenas voltados para a reparação de indicadores, mas que garantam aprendizagem adequada para os alunos em situação de distorção idade-série.

No gráfico 3, apresentamos as escolas do município de Rodrigues Alves com a incidência de distorção idade-série:

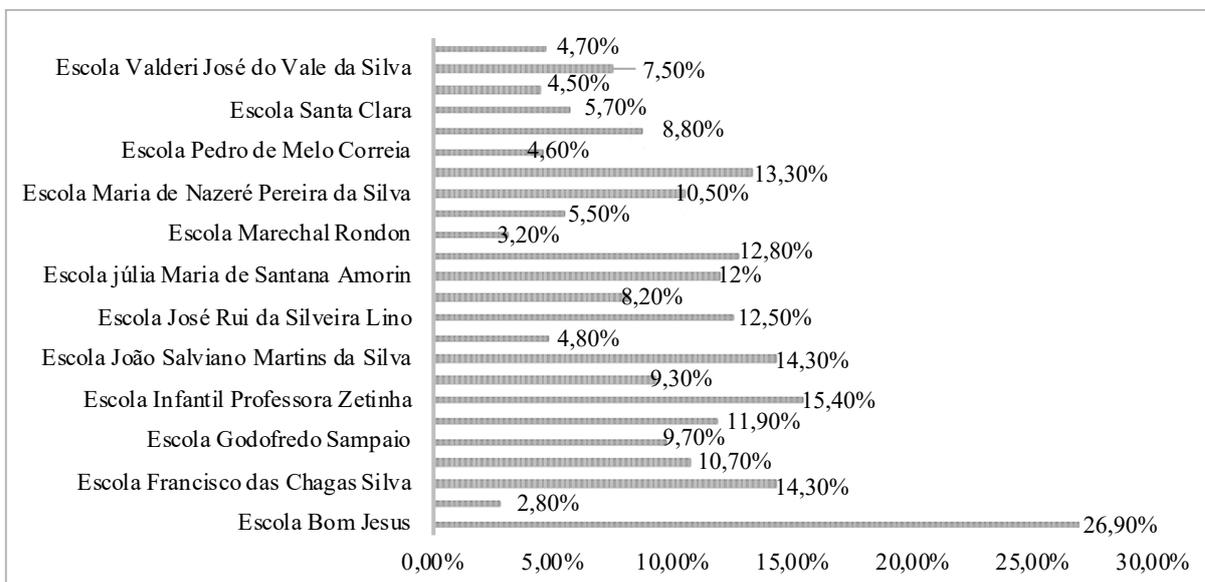


Gráfico 3 – Lista de escolas com distorção idade-série preocupante (2023)

Fonte: Indicador de Distorção idade-série – INEP, 2024.

Observe que as taxas de distorção no ensino fundamental II da rede municipal variam de 13,9% a 20,4%, ou seja, se considerarmos o 7º ano como referência, 20 alunos de cada 100 estão com idade inadequada.

A análise interseccional dos dados de distorção idade-série dos anos finais do ensino fundamental da rede municipal de Rodrigues Alves revela que a localização rural das escolas opera como um eixo estruturante de desigualdade educacional, articulando-se a mecanismos de exclusão como a precarização do transporte escolar, a falta de formação continuada de professores, a sobrecarga de trabalho infantil não remunerado e a histórica negligência estatal na formulação de políticas pedagógicas contextualizadas.

Os índices alarmantes (13,9%-20,4%) não representam meras discrepâncias estatísticas, mas sim a materialização de um projeto político que naturaliza a seletividade do sistema educacional, onde estudantes rurais – particularmente negros, meninas e pobres – são sistematicamente posicionados em trajetórias de fracasso escolar. A persistência dessa distorção evidencia a falência dos modelos universalistas de ensino regular para essas comunidades do campo e também dos modelos de correção de fluxo, que ignoram a geografia da desigualdade e reproduzem a lógica colonial de subalternização dos territórios da floresta, principalmente, da Amazônia. Urge, portanto, deslocar o debate para uma crítica epistemológica aos próprios critérios de “adequação” idade-série, que frequentemente patologizam sujeitos rurais em vez de questionar a incapacidade do Estado em garantir condições materiais para sua permanência e aprendizagem.

A distorção idade-série é uma métrica importante utilizada para avaliar a idade dos alunos ao ano ou etapa de ensino em que se encontram. Essa análise é fundamental para compreender a efetividade das políticas educacionais implementadas e identificar possíveis defasagens no sistema educacional.

Os dados apresentados mostram que há uma disparidade significativa entre a idade dos estudantes e a série em que eles estão matriculados, indicando uma defasagem no percurso escolar. Além disso, revelam uma quantidade considerável de estudantes que não estão devidamente alinhados com a série correspondente à sua faixa etária.

Souza (2012), Nogueira e Silva (2022), em convergência reflexiva, apresentam alguns fatores que explicam a distorção idade-série no meio rural: a falta de interlocução entre a escola e a realidade dos alunos através de seu currículo, seus tempos e espaços escolares, do calendário escolar e a necessidade de trabalho na agricultura, a distância da casa à escola, a inexistência de escola, a migração de local de residência, o afastamento entre realidade social e cultural vivida pelos alunos em seus contextos rurais.

Aprendizado adequado

Bof (2022), ao analisar os níveis adequados de aprendizado para os estudantes brasileiros da educação básica, nos apresenta pistas para a definição conceitual de aprendizado adequado.

Expõe que aprendizado adequado é a construção suficiente de conhecimentos relacionados aos direitos e objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento do aluno no ano de estudo.

Nos anos iniciais, o percentual de estudantes com aprendizado adequado em Língua Portuguesa é de 26%. Esses dados indicam uma diferença substancial na proficiência linguística entre os grupos de diferentes níveis socioeconômicos, principalmente porque apenas 26% dos alunos estão saindo dos anos iniciais com o nível adequado de letramento. Em relação à disciplina de Matemática, nos anos iniciais, constatamos que o percentual de estudantes com aprendizado adequado é de 13%.

Quando contrastamos esses resultados com os fatores de equidade em Nível Socioeconômico (NSE) e Raça/cor, fica evidente uma disparidade significativa no aprendizado de alunos brancos e com alto NSE com os grupos de alunos negros invisibilizados pelos dados e os de baixo NSE, como se observa na figura 2.

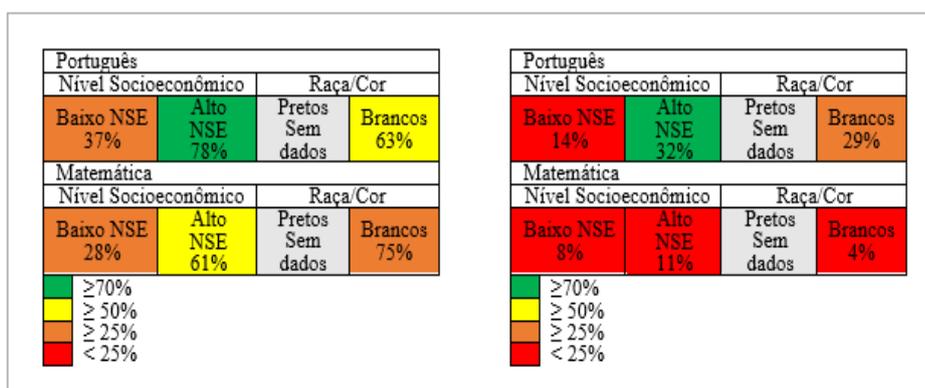


Figura 2 – Aprendizado Adequado anos iniciais (esquerda) e anos finais (direita) – marcador raça/cor e socioeconômico

Fonte: QEdu, 2024.

Tal evidência dos dados reafirma as conclusões de Araújo (2018), o qual afirma que os indicadores socioeconômicos, educacionais e étnico-raciais estão intimamente concatenados e descorrinam as desigualdades sociais. Esses, por sua vez, refletem na vida dos alunos sujeitos a tais desigualdades como redutor de oportunidade de acesso, permanência e êxito na escola, impedindo-os de alcançar níveis mais altos de ensino. Lobo e Costa (2022) afirmam que programas universais não são suficientes para lidar com realidades complexas como a realidade das escolas do meio rural, pois o Estado não chega com políticas que atendam às necessidades locais.

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

Os investimentos públicos em educação desempenham papel fundamental na redução das desigualdades educacionais no país, especialmente ao proporcionar condições para que os estabelecimentos ofertem um ensino de qualidade. Essa importância se reflete na diversidade de estudos que buscam demonstrar a relação intrínseca entre o volume de recursos investidos, infraestrutura escolar, aprendizado dos estudantes e desempenho educacional (Monteiro, 2015; Banco Mundial, 2018; Vasconcelos *et. al.*, 2021).

No município de Rodrigues Alves-Acre, entre 2021 e 2022, apesar do crescimento dos investimentos em educação provenientes do FNDE, mostramos, ao longo deste trabalho, que os indicadores educacionais se mostram ainda muito precários. Para se ter uma ideia, mesmo as receitas provenientes do Fundeb tendo crescido 40,6% em relação a 2021, e as despesas com o pagamento de pessoal da educação infantil e do ensino fundamental mais de 47% (tabela 4), a infraestrutura escolar, o rendimento escolar e o aprendizado se mostram bastante precários.

Tabela 4 – Indicadores selecionados das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) do município de Rodrigues Alves, no período de 2021 a 2022

Indicadores	2021	2022	Ev. (%)
Receitas de impostos	69.233,65	67.247,92	196,2
Receitas de transferências constitucionais e legais	21.625.258,21	26.002.973,67	20,2
Receitas recebidas do Fundeb	27.500.969,39	38.658.729,81	40,6
Receitas de transferências do FNDE	923.940,18	518.229,63	-43,9
Despesas/Fundeb/profissionais da educação básica	19.478.884,38	28.226.941,56	44,9
<i>Educação infantil</i>	02.616,58	56.680,92	11,3
<i>Ensino fundamental</i>	12.776.267,80	20.770.260,64	62,6

Fonte: SIOPE/FNDE. 2024

O MDE, previsto no art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é composto pelo conjunto das despesas empreendidas para garantir o êxito dos sistemas/instituições educacionais públicas dos diferentes níveis de ensino. Dentre as despesas custeadas destacamos: a remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; manutenção e aquisição de equipamentos; construção e conservação de instalações; usufruto de bens e serviços voltados ao ensino; pesquisa, estudos e levantamentos estatísticos para melhoria da qualidade e expansão do ensino; aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas e transporte escolar, dentre expensas previstas na lei.

A falta de acessibilidade, ausência de laboratórios e bibliotecas, além da persistente distorção idade-série, são problemas estruturais e pedagógicos críticos que carecem do direcionamento eficiente dos recursos. Além disso, para que as desigualdades raciais, territoriais e de gênero sejam minimizadas, o aumento dos investimentos deve ser acompanhado de políticas efetivas de equidade educacional.

Dessa forma, além dos desafios postos, aprimorar a governança educacional no município, garantindo que os investimentos tenham impacto real na redução das desigualdades e na melhoria do aprendizado dos estudantes mostra-se como uma ação prioritária a ser empreendida pela gestão pública do município sob análise.

4. CONCLUSÕES

Este artigo tem como fundamento a crença de que o estudo das interseccionalidades educacionais tem um papel diferenciado no desenho de estratégias de atuação para melhorar a qualidade do ensino no município de Rodrigues Alves - Acre.

Para finalizar, elencamos abaixo alguns desafios e oportunidades de atuação para que as considerações trazidas neste estudo ganhem alguma praticidade e concretude.

Como potencialidades e pontos positivos, temos: cenários rural e urbano sem grandes distorções; bons indicadores das boas práticas de gestão; olhar atento e sem estereótipos aos povos e comunidades locais colaborando na defesa de seus direitos; fornecimento de alimentação com qualidade nutricional e; média de horas-aula dentro da faixa nacional.

No entanto, temos desafios a observar: atrair docentes com formação universitária para áreas rurais; oferecer formação específica aos docentes na área de Matemática básica; baixo percentual de aprendizagem em anos finais; distorção série-idade nos anos finais do fundamental; desafios com relação ao público com deficiência; desafios estruturais: energia, saneamento, laboratórios, água, acessibilidade e; equilibrar o aumento do investimento na educação com aprimoramento da eficiência na aplicação dos recursos.

A análise dos dados estatísticos e das informações obtidas em sites educacionais identificou desafios e apresentou sugestões para melhorar a qualidade da educação na rede municipal de ensino. Em linha com as sugestões apresentadas nos quadros 1 e 2, reforçamos a necessidade da promoção do acesso à educação, investimentos em infraestrutura escolar, formação de professores e aprimoramento da qualidade do ensino como aspectos fundamentais para o avanço educacional do município. É essencial que as autoridades locais, em parceria com a comunidade e demais instituições, trabalhem de forma conjunta para implementar as recomendações de definição de prioridades e reduzam os prejuízos que os marcadores da desigualdade causam nas/nos estudantes.

5. REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, M. T. G. Caracterização das desigualdades educacionais com dados públicos: desafios para conceituação e operacionalização empírica. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 110, p. 189-214, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Kgn3rk4gnpRT3XhNCDMLTsF/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

ANDRADE, F. M. R. D. Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento. **Educação em Revista**, v. 36, p. e234776, 2020. Disponível em: SciELO Brasil - ESCOLAS DO CAMPO E INFRAESTRUTURA: ASPECTOS LEGAIS, PRECARIZAÇÃO E FECHAMENTO ESCOLAS DO CAMPO E INFRAESTRUTURA: ASPECTOS LEGAIS, PRECARIZAÇÃO E FECHAMENTO. Acesso em: 27 mar. 2025.

ARAÚJO, J. A. Pobreza e desigualdade social e educacional no Brasil: uma questão social de classes ou uma questão racial de abrangência nacional com algumas peculiaridades regionais? **Revista da ABPN**, v. 10, n. 24, nov.2017 – fev., p. 409-425, 2018. Disponível em: POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCACIONAL NO BRASIL: UMA QUESTÃO SOCIAL

DE CLASSES OU UMA QUESTÃO RACIAL DE ABRANGÊNCIA NACIONAL COM ALGUMAS PECULIARIDADES REGIONAIS? | Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Acesso em: 27 mar. 2025.

BOF, A. M. Quais os níveis adequados de aprendizado para os estudantes brasileiros da educação básica: construindo uma proposta nacional. **Cadernos de estudos e pesquisas em Políticas Educacionais**. v. 6, p. 11-47, mai. 2022. Disponível em: Quais são os níveis adequados de aprendizado para os estudantes brasileiros da educação básica | Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Tabnet**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, pp. 1241-1300, 1991. Disponível em: Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color on JSTOR. Acesso em: 27 mar. 2025.

EIDELWEIN, M. P.; SILVEIRA, G. E. Cena escolar na perspectiva da interseccionalidade : contribuições para a formação de professores e suas práticas. **Revista De Estudos Interdisciplinares**, v. 5, n. 7, p. 83-98, 2024. Disponível em: CENA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE : CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SUAS PRÁTICAS | Revista de Estudos Interdisciplinares. Acesso em: 27 mar. 2025.

GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Barueri: Atlas, 2021.

GUIMARÃES, D. V.; Quixabeira, A. P.; Araújo, B. C.; Ferreira, R. K. A. A presença do aluno com deficiência no sistema regular de ensino: mitos, estigmas e preconceitos. **Revista Eletrônica PESQUISEDUCA**, v. 13, n. 29, p. 89-106, 2021. Disponível em: A presença do aluno com deficiência no sistema regular de ensino: mitos, estigmas e preconceitos | REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA. Acesso em: 27 mar. 2025.

IBGE - INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: Censo 2010 | IBGE Acesso em: 27 mar. 2025.

IBGE - INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Cidades e Estados do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: Brasil | Cidades e Estados | IBGE. Acesso em: 27 mar. 2025.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/ptbr/acessoainformacao/dadosabertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 27 mar. 2025.

KYRILLOS, G. M.. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, p. e56509, 2020. Disponível em: Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade | Revista Estudos Feministas. Acesso em: 27 mar. 2025.

LLARENA, R. A. S.; DUART, E. N.; SANTOS, R. R. Gestão do conhecimento e desafios educacionais contemporâneos. **Em questão**, v. 21, n. 2, p. 222-243, 2015. Disponível em: Universidade Federal da Bahia: Gestão do conhecimento e desafios educacionais contemporâneos. Acesso em: 27 mar. 2025.

LOBO, C. A.; COSTA, J. B. Quando o Estado não chega: a eficácia de programas educacionais em assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas. **Educação em Revista**, v. 38, p. e26309, 2022. Disponível em: QUANDO O ESTADO NÃO CHEGA: A EFICÁCIA DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS EM ASSENTAMENTOS, COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS | Educação em Revista. Acesso em: 27 mar. 2025.

MATISKEI, A. C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar em revista**, n. 23, p. 185-202, 2004. Disponível em: Redalyc.Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. Acesso em: 27 mar. 2025.

MONTEIRO, J. Gasto público em Educação e desempenho escolar. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 4, p. 467-488, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20150022>.

NOGUEIRA, M. O.; SILVA, L. C. Escolarização em áreas rurais: a distorção idade-série na ótica dos gestores. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 33, e07289, 2022. Disponível em: ESCOLARIZAÇÃO EM ÁREAS RURAIS: A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA ÓTICA DOS GESTORES. Acesso em: 27 mar. 2025.

QEDU. 2024. Disponível em: QEDU - Use dados. Transforme a educação. Acesso em: 27 mar. 2025.

RAMOS, L. R. **A interseccionalidade na educação inclusiva**: marcadores sociais da diferença. 2021. 22p. Artigo Científico (Especialização em Diversidade e Gênero na Educação) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: A Interseccionalidade na Educação Inclusiva: Marcadores Sociais da Diferença. Acesso em: 27 mar. 2025.

SANTOS, B. R.; FREITAS, L. G.; TUBOITI, N. C. S. Bem-estar na escola e percepção da discriminação de gênero por meninas. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 55, 2º sem., pp. 80-

87, 2022. Disponível em: BEM-ESTAR NA ESCOLA E PERCEPÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO POR MENINAS. Acesso em: 27 mar. 2025.

SILVA, A. V. C. **Perfil epidemiológico da malária no município de Rodrigues Alves-Acre, no período de 2007 a 2017**. 2018, 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde na Amazônia Ocidental) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2018. Disponível em: Integrantes — Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde na Amazônia Ocidental. Acesso em: 27 mar. 2025.

SILVA, D. S. V.; SOUSA, F. C. Direito à educação igualitária e(m) tempos de pandemia: desafios, possibilidades e perspectivas no Brasil. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 6, n. 4, p. 961-979, 2020. Disponível em: 2020_04_0961_0979.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

SIOPE. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2024. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/relatoriorreomunicipal>. Acesso em: 06 set. 2024.

SOUSA, C. R. O. *et al.* Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 160–169, abr. 2018. Disponível em: SciELO Brasil - Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. Acesso em: 27 mar. 2025.

SOUZA, A. M. A Relevância dos Indicadores Educacionais para Educação Básica: informação e decisoes. **Revista Meta: Avaliação**, [S.l.], v. 2, n. 5, p. 153-179, may 2010. ISSN 2175-2753. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/78/93>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SOUZA, M. A. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 745–763, jul. 2012. Disponível em: SciELO Brasil - Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. Acesso em: 27 mar. 2025.

TERUYA, T. K. *et al.* Classes multisseriadas no Acre. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 564–584, maio 2013. Disponível em: SciELO Brasil - Classes multisseriadas no Acre Classes multisseriadas no Acre. Acesso em: 27 mar. 2025.

VASCONCELOS, J. C. *et al.* Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.29, n.113, p. 874-898, out./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802245>.

WORLD BANK. **Learning to Realize Educations Promise**. Disponível em: <https://www.iri.edu.ar/wp-content/uploads/2018/07/ri-54-SG-doc-BM-World-Development-Report-2018-Learning-to-Realize-Educations-Promise.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.